

O PROJETO SÃO JOSÉ ENQUANTO POLÍTICA PÚBLICA PARA OS POVOS INDÍGENAS DO CEARÁ - A TRANSVERSALIDADE DAS POLÍTICAS CULTURAL E AGRÁRIA

Francisco Ricardo Calixto de Souza¹

RESUMO: O presente artigo pretende demonstrar que as políticas cultural e agrária, operacionalizadas pela Secretaria da Cultura (SECULT) e pela Secretaria do Desenvolvimento Agrário do estado do Ceará - no caso específico o *Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável* (também conhecido como *Projeto São José*), voltado para a geração de renda e desenvolvimento econômico sustentável dos povos indígenas do estado do Ceará - apresenta transversalidade enquanto políticas públicas. Baseado na análise documental do relatório *Diagnóstico e Estudo de Linha de Base - Projeto fortalecendo a autonomia político-organizativa dos povos indígenas*, realizado pelas organizações não governamentais (ONG) ESPLAR e ADELCO (ambas atuantes no estado do Ceará), constatamos a necessidade de uma maior integração entre estas duas políticas.

PALAVRAS-CHAVE: políticas culturais, projeto São José, museus indígenas, agricultura familiar.

1. Técnico do Projeto São José, Secretaria do Desenvolvimento Agrário do Ceará. Mestre em Planejamento e Políticas Públicas (UECE) e Bacharel em ciências econômicas (UFC). Conselheiro suplente do Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial – COEPIR. fricardocalixto@gmail.com

Tudo o que existe, com duas ou três dimensões, sobre o território e no seio da comunidade, pode ser utilizado para a educação popular, para a observação, o conhecimento do meio, a análise, a aprendizagem, o consumo, o controle da técnica, a identidade, o conhecimento do passado. A sua principal qualidade é ser uma realidade tangível que multiplica a sua virtude pedagógica (VARINE, 2009).

1 INTRODUÇÃO

É justo e necessário afirmar que nos idos de 1500 quando as naus aportaram no território que viria a se chamar a futura província do “Siará”, eles aqui já estavam e moravam em plena harmonia com a natureza, vivendo numa sociedade solidária e ambientalmente sustentável. Passados vários séculos e massacres de várias nações indígenas brasileiras em nome da “nova” civilização e do progresso chegamos ao século XXI, onde um relatório financiado pela União Europeia foi elaborado em junho de 2017 por duas organizações não governamentais (ONG): ADELCO² e ESPLAR³. Com o título *Diagnóstico e Estudo de Linha de Base* este documento apresenta o diagnóstico sobre “a situação dos territórios indígenas do Ceará e (...) o desenvolvimento institucional e organizacional das instâncias representativas para o fornecimento de parâmetros para a implantação e avaliação do projeto *Fortalecendo a autonomia político organizativa dos povos indígenas*”. (ADELCO e ESPLAR, 2017)

² A ADELCO – Associação para o Desenvolvimento Local Coproduzido, fundada em 2001, entidade civil sem fins lucrativos, localizada em Fortaleza, Ceará, tem como eixos de intervenção: Economia popular e solidária; Participação e organização política; Segurança Alimentar e Nutricional; Desenvolvimento Institucional; Meio ambiente e agroecologia e Habitabilidade, dentre os quais perpassam temas como direitos humanos, igualdade de gênero e etnia. É filiada à Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (ABONG). Desde de 2014 desenvolve projetos com indígenas no Ceará: Sistemas Agroflorestais, apoiado pelo ISPN (Instituto, Sociedade, População e Natureza), na comunidade Jenipapo-Kanindé; e dois com o apoio da Petrobras: “*Etnodesenvolvimento de comunidades indígenas no Ceará*”, implementando ações de agroecologia e turismo comunitário visando a geração de renda e segurança alimentar de seis povos: Jenipapo-Kanindé, Kanindé de Aratuba, Tapeba, Tremembé, Anacé e Pitaguary; e “*Águas e Matas da Encantada*”, com os Jenipapo- Kanindé, promovendo práticas para recuperação e proteção da vegetação e ecossistemas aquáticos.

³ O ESPLAR é uma organização não governamental, sem fins lucrativos, fundada no ano de 1974, com sede no município de Fortaleza, capital do estado do Ceará. A organização atua diretamente em municípios do semiárido cearense, desenvolvendo atividades voltadas para a agroecologia e o serviço da agricultura familiar, além de realizar trabalhos nas seguintes áreas temáticas: Fortalecimento das organizações de trabalhadores e trabalhadoras rurais para incidência nas políticas públicas de interesse da agricultura familiar; Promoção da igualdade de gênero, com enfoque feminista, de classe e de combate à discriminação de raça e de etnia; Justiça ambiental e qualidade de vida, a partir do direito à terra, à água e à biodiversidade; Desenvolvimento de sistemas agroecológicos; Processamento e comercialização da produção agrícola na perspectiva da sócio economia solidária.

O objetivo geral do *Diagnóstico e Estudo de Linha de Base* foi o de fornecer parâmetros para a implantação e avaliação do projeto acima citado *fortalecendo...* cuja a metodologia se deu pela “investigação junto às aldeias indígenas de 14 povos do Ceará e organizações representativas dos povos indígenas do Ceará, identificando e qualificando a situação anterior à intervenção da ação” (ADELCO e ESPLAR ,2017).

Neste artigo pretende-se demonstrar a *forte transversalidade* das políticas públicas de Cultura executadas pela Secretaria de Cultura do Estado do Ceará (SECULT) com projetos e políticas agrárias voltadas para o fortalecimento da agricultura familiar tais como o Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável, popularmente conhecido como **Projeto São José**, executado pela Secretaria do Desenvolvimento Agrário (SDA).

No momento em que se chega ao final da execução da fase III do referido projeto e vislumbra-se uma nova fase chamada de *Projeto São Jose IV*, os movimentos sociais e grupos étnicos como quilombolas e indígenas começam a apontar quais demandas devem ser contempladas nesta nova fase do *Projeto*, que é visto pelo povo do Ceará como uma importante política de inclusão produtiva e de democratização ao acesso à água enquanto bem público essencial para a vida de todos e em especial aos que vivem no semiárido nordestino. Pretende-se relacionar quais as políticas demandas pelo movimento indígena e suas representações políticas e como elas são comuns e complementares às duas secretarias do aparelho governamental do estado do Ceará (SDA e SECULT).

2 O MOVIMENTO INDIGENA NO CEARÁ-POVOS E POPULAÇÕES

A permanência e sobrevivência dos povos indígenas do Ceará está fortemente relacionada com a sua luta pela demarcação das terras indígenas, e vemos que o apoio a projetos produtivos do Projeto São José voltados para a avicultura, o artesanato e/ou o turismo comunitário dependem da regulamentação da posse da terra. Neste sentido, segundo o *Diagnóstico* da ADELCO/ESPLAR:

A demarcação das terras indígenas (TI) é uma reivindicação dos povos indígenas do Brasil que culminou na inclusão do artigo 231 na Constituição Federal

de 1988 (CF 88), cujo *caput* reconhece o direito às terras tradicionalmente ocupadas como originário, ou seja, anterior à carta magna. A emergência do movimento indígena no Ceará como um ator político se dá no contexto de redemocratização do país e mobilização nacional pela garantia dos direitos indígenas e demarcação de terras indígenas no âmbito da Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988 e que resultou na garantia de direitos constitucionais aos índios no Brasil. (ADELCO e ESPLAR ,2017. Página 13)

Mesmo como direito assegurado pela Constituição cidadã ³ (1988) a luta pela demarcação das terras indígenas tem marcado a história deste povo em vários territórios do Brasil, marcados pela concentração na posse de terras, assassinatos e grilagens. Consultando o *Diagnóstico...* em relação ao Ceará vemos que:

De acordo com entrevistas realizadas com lideranças do movimento verificou-se que os primórdios da articulação do movimento indígena têm início no final da década de 1970 a partir do processo de emergência e luta dos índios Tapeba e Tremembé com apoio de parceiros ligados à Igreja Católica (Pastorais Sociais, Arquidiocese de Fortaleza), ONGs (Missão Tremembé) e Universidades. Posteriormente outros povos foram se auto identificando e se articulando ao movimento. (ADELCO e ESPLAR ,2017. Página 13)

Compreendermos como se deu a gênese dos movimentos indígenas no Ceará nos contextualiza e referencia em relação ao momento de retrocessos que vivemos, em que vemos um desmonte institucional brutal do governo oriundo do golpe parlamentar; com corte de recursos que antes asseguravam fiscalização e monitoramento dos processos de invasão de terras indígenas por grupos particulares ou empresariais. Neste sentido observamos que o diagnóstico da ADELCO e ESPLAR (2017) aponta o início de década de 1980, como o momento em que “os povos indígenas do Ceará ganham maior visibilidade, com o suporte de um grupo de apoio constituído pela Arquidiocese de Fortaleza” (BARRETO FILHO, 2004).

4. “Os direitos constitucionais dos índios estão expressos num capítulo específico da Carta de 1988 (título VIII, "Da Ordem Social", capítulo VIII, "Dos Índios"), além de outros dispositivos dispersos ao longo de seu texto e de um artigo do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Trata-se de direitos marcados por pelo menos duas inovações conceituais importantes em relação a Constituições anteriores e ao chamado Estatuto do Índio. A primeira inovação é o abandono de uma perspectiva assimilacionista, que entendia os índios como categoria social transitória, fadada ao desaparecimento. A segunda é que os direitos dos índios sobre suas terras são definidos enquanto direitos originários, isto é, anterior à criação do próprio Estado. Isto decorre do reconhecimento do fato histórico de que os índios foram os primeiros ocupantes do Brasil. A nova Constituição estabelece, desta forma, novos marcos para as relações entre o Estado, a sociedade brasileira e os povos indígenas.”

Graças à sua luta e ao apoio de várias instituições como a universidade e as pastorais da Igreja Católica, o povo indígena no Ceará mais especificamente com os Tapeba, no início, e posteriormente, os Tremembé, os Pitaguary e os Jenipapo-Kanindé invertem a relação de forças a seu favor, realizando uma verdadeira ‘virada’, quando passam de ignorados a socialmente reconhecidos, passando a reivindicar da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), a demarcação de suas terras e o seu reconhecimento étnico (PORTO ALEGRE, 2002).

Mais uma vez segundo o *Diagnóstico...* da ADELCO e ESPLAR (2017) uma grande campanha pela demarcação dos territórios indígenas do Ceará, deflagrada em 1993, caracterizou-se como um momento importante desse percurso. “Os objetivos do evento eram tornar públicas as condições de vida em que se encontravam os povos indígenas, e chamar a atenção dos poderes públicos para as suas demandas” (NETO, 2006 *apud* FUNAI/UNESCO 2004) (p.: 13)

Ao observarmos a sequência histórica de parte desta luta do movimento indígena do Ceará vê-se quão importante é hoje a situação de titularidade que é requerida pelo organismo cofinanciador do Projeto São José, o Banco Mundial (BIRD), que coloca como pré requisitos para a inclusão de comunidades quilombolas e indígenas a coesão do grupo e a regularidade da posse da terra e correlatos.

3 A CONSTRUÇÃO DAS MEMÓRIAS INDÍGENAS NO CEARÁ

Para compreendermos que as políticas públicas voltadas ao desenvolvimento agrário são fortemente transversais e influenciadas pelas políticas culturais pretendemos neste capítulo contextualizar num breve resumo como se deu e se dá a construção das memórias que reforçam a identidade e Cultura do povo indígena no Ceará.

Neste sentido é importante acompanharmos a construção de uma política pública executada pela SECULT, destinada à preservação da memória do povo indígena cearense, no ano de 2009.

Cristina Holanda à época diretora do Museu do Ceará e gerente executiva do Sistema Estadual de Museus do Ceará assina a apresentação do livro *Museus e Memória Indígena no Ceará: uma proposta em construção*. Este livro foi lançado pela Secretaria de Cultura

(SECULT) em convênio com o IMOPEC (Instituto da Memória do Povo Cearense), sob a supervisão do Museu do Ceará, no primeiro semestre de 2009. Sendo fruto do **Projeto Emergência Étnica**, desenvolvido pela Secretaria de Cultura do Estado do Ceará.

Segundo informações captadas na apresentação deste documento, “uma das ações previstas no referido projeto foi a realização dos diagnósticos participativos nos museus e centros culturais indígenas existentes do Ceará, sob a coordenação dos historiadores Alexandre Oliveira Gomes e João Paulo Vieira Neto, por meio de oficinas de 16 horas aula, envolvendo vários adultos e jovens de cada comunidade visitada” (Gomes; Vieira Neto, 2009).

Os resultados dessa ação foram divulgados no **Seminário Emergência Étnica**, evento que agregou 120 lideranças dos movimentos indígena, negro e quilombola do Ceará, nos dias 15 a 17 de maio, no Condomínio Espiritual Uirapuru (CEU), em Fortaleza, culminando com a elaboração do documento *Políticas públicas para o patrimônio, a memória e os museus dos grupos étnicos e tradicionais do Ceará*.

Na apresentação do livro acima citado a gestora Cristina Holanda contextualiza o surgimento deste movimento institucional em prol da memória do povo indígena, afirmando que:

As demandas por museus em comunidades étnicas e tradicionais em nosso Estado foram sentidas pela SECULT a partir de 2007, em meio aos debates da Constituinte Cultural, um modelo de consulta pública que procurou revisar o capítulo VIII da Constituição do Ceará, dedicado à cultura, mas também elaborar o Plano Plurianual da Política Cultural, que estabelece as diretrizes para o Plano Estadual da Cultura.

Na visão de Cristina Holanda, todo este movimento iniciado dentro da SECULT em 2009 com o *Projeto Emergência Étnica* coloca-se como um ponto de partida para a construção de museus comunitários não apenas entre os indígenas, mas entre outros grupos étnicos e tradicionais no Ceará.

Dando continuidade à análise documental do *livro Museus e Memória Indígena no Ceará: uma proposta em construção* com o objetivo de compreendermos a transversalidades das políticas agrária e cultural que tem como público beneficiário as comunidades indígenas politicamente organizadas no Estado do Ceará, vamos nos debruçar também sobre a

contribuição da professora Manuelina Maria Duarte Cândido, do Departamento de Museologia da Universidade Federal de Goiás, que assina o prefácio da obra citada.

Conforme explicita Varine (2009, *apud* Gomes; Vieira Neto, 2009, p. 11),

O desenvolvimento local ‘sustentável’, enquanto processo dinâmico de transformação da sociedade e do meio, assenta em grande parte na participação activa e criativa das comunidades locais. Sem essa participação, teremos apenas uma mera execução de programas tecnocráticos, cuja eficácia depende da combinação conjuntural e efêmera de uma vontade política e da disponibilidade de meios financeiros e humanos.

E é esta participação ativa do povo indígena com sua organização em associações e grupos apoiados pela universidade e por setores progressistas da Igreja Católica que possibilitou a contemplação de várias associações em projetos produtivos de desenvolvimento rural sustentável dentro do projeto São José III.

Neste sentido, a professora Manuelina Candido, da UFGO considera o livro *Museus e Memória Indígena no Ceará: uma proposta em construção* como “a primeira iniciativa de fôlego, no Ceará, sobre a questão da musealização das memórias indígenas. Além de apresentar e refletir sobre as experiências, cabe a ele partilhar a metodologia e as análises sobre o seu processo de elaboração”. (2009, p. 11). Neste sentido, conforme explicita BRUNO em relação ao processo de diagnóstico museológico realizado por instituições (1996, *apud* Gomes; Vieira Neto, 2009, p. 11),

O diagnóstico museológico, passo fundamental para qualificação dos processos de musealização, deve ser realizado tanto para a verificação de potencialidades e desafios de um museu já existente como para a criação de um novo, sendo que neste caso avaliamos as potencialidades e desafios de um patrimônio ainda não musealizado. Cabe esclarecer que nossa compreensão de musealização e de museu abrange processos relacionados à administração da memória e à aplicação de procedimentos técnicos e metodológicos visando à apropriação desse patrimônio pela sociedade.

Museus Indígenas No Ceará

Concordando com a análise de Holanda (2005) sobre o processo de formação do acervo indígena no Museu do Ceará, o antropólogo João Pacheco de Oliveira afirma, segundo consta no livro *Museus e Memória Indígena no Ceará: uma proposta em construção*, acerca da representação dos índios na região Nordeste nas instituições museológicas, que “tais povos e

culturas passam a ser descritas apenas pelo que foram (ou pelo que supõe terem sido) há séculos, mas nada (ou muito pouco) se sabe sobre o que eles são hoje” (OLIVEIRA , 2004 *apud* Gomes; Vieira Neto 2009, p.39)

4 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA OS POVOS INDÍGENAS

Como terceiro produto do *Diagnóstico* elaborado por ADELCO e ESPLAR (2017) iremos encontrar uma análise do acesso das comunidades indígenas às políticas públicas nos níveis local, estadual e federal, em particular àquelas relacionadas aos direitos indígenas, das mulheres e da juventude. No entanto neste artigo iremos focar somente nas políticas públicas estaduais acessadas pelas comunidades indígenas do Ceará. Segundo o *Diagnóstico*:

Existem poucas políticas públicas estaduais diretamente relacionadas aos povos indígenas, de fato pode-se caracterizar como tal apenas a *Educação Indígena Diferenciada* que encontrasse inserida no âmbito da Educação Básica (Resolução CEC 382/2003). Além da educação diferenciada foi identificada apenas uma outra ação existente diretamente destinada aos povos indígenas no âmbito do governo estadual, o **Projeto Iby Jurema** da Secretaria do Desenvolvimento Agrário. O **Projeto Iby Jurema** visa o desenvolvimento das Comunidades Indígenas do Estado do Ceará e o fortalecimento de suas associações e do movimento que as representa. De acordo com a SDA o processo de seleção das comunidades indígenas beneficiadas ocorre de forma articulada com a COPICE⁵². O projeto pretende melhorar a qualidade de vida das famílias, através da elaboração e implantação de projetos produtivos para o desenvolvimento das atividades agrícolas e não agrícolas, tais como artesanato, roupas, peças íntimas, produção de bolos e confeitarias, comidas típicas, entre outras. É fundamentado no resgate da cultura e melhoria da autoestima de seus beneficiários, dando ênfase à sustentabilidade, e capacitando-os para inserção nas políticas públicas.

Mesmo enquanto projeto voltado para a subsistência das comunidades com a implementação de ações agrícolas e não agrícolas como o artesanato e a fabricação de bolos e confeitarias este projeto visou como bem frisou o texto do *Diagnóstico* o resgate da Cultura indígena com ênfase na sustentabilidade vista aqui como viabilidade e durabilidade econômica do projeto. Vemos que o Projeto São José III também apoiou projetos produtivos ligados à produção de ovos e aves, com a construção de instalações, aquisição de equipamentos e a assistência técnica desde a elaboração dos planos de negócios à execução do projeto em si. O São José III apoiou também projetos voltados para a produção de alimentos e de artesanato, atividades na maioria das vezes executadas concomitantes.

5. COPICE-Coordenação das Organizações e Povos Indígenas do Ceará

Ainda segundo o *Diagnóstico* outros projetos e ações estaduais não diretamente relacionados aos povos indígenas, mas que foram acessados pelas comunidades, “ são executados principalmente pela Secretaria do Desenvolvimento Agrário do Ceará – SDA (*Projeto Cabra Leiteira, Projeto Cisternas, Projeto São José, Projeto Paulo Freire, Projeto Mandalas e Quintais Produtivos*) e Secretaria de Justiça e Cidadania (Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos – PPDH)”. (ADELCO; ESPLAR, 2017)

O Projeto São José

Em março de 2012 o Banco Mundial (BIRD) dá continuidade ao Projeto São José, agora em sua terceira fase, elaborando um documento norteador do acordo de empréstimo feito pelo Governo do Estado do Ceará com garantia da República Federativa do Brasil. Nascia ali, o Projeto São José III.

O PAD (*Project Appraisal Document*) ou *Documento de Avaliação de Projeto* foi o documento que norteou o acordo de empréstimo e traçou estratégias e diretrizes de ação. O documento do Banco Mundial (2012) contextualizava o momento econômico e político do Estado do Ceará naquele momento de celebração do acordo de empréstimo. Segundo o principal financiador do Projeto São José III,

O Ceará, terceira maior economia da região Nordeste, tem dado passos firmes em direção à melhoria dos indicadores tanto econômicos como sociais nos últimos anos. Entre 2007 e 2010, o PIB do Estado (atualmente na 12ª posição entre os 27 estados brasileiros) cresceu 58 %, bem acima dos 25 % da média nacional para o período. Não obstante os progressos recentes, o Estado enfrenta desafios significativos: os níveis de pobreza ainda são inaceitavelmente altos no Ceará, com 13 % de sua população vivendo abaixo da linha da pobreza extrema da região¹ e quase um terço dos habitantes (31 %) abaixo da linha da pobreza regional. Evidentemente, para manter os ganhos de inclusão social alcançados e reduzir substancialmente os níveis de pobreza atuais será necessário um crescimento econômico mais rápido e inclusivo. (BIRD, 2012. p.01)

Neste mesmo ano de 2012, o BIRD contextualizou o papel da Agricultura na composição do Produto Interno Bruto (PIB) e sua importância para a economia brasileira:

A agricultura é um importante setor da economia brasileira e fundamental para o crescimento econômico e para o câmbio. O setor agrícola representa cerca de 6 % do PIB (25 % quando se considera também o agronegócio) e 36 % das exportações nacionais. O Brasil registrou um saldo comercial positivo no setor agrícola de US\$ 87,6 bilhões, de janeiro a novembro de 2011, 24 % acima do mesmo período em 2010 ². A parcela de participação da agricultura familiar na alimentação brasileira é de 70 %, ou seja, o setor tem um forte potencial não só para garantir a segurança alimentar e nutricional, mas também o crescimento econômico e o equilíbrio do preço dos alimentos. Embora sejam as propriedades agrícolas comerciais que dominem a produção com valor agregado, é a agricultura familiar a responsável em todo o país pela produção de 70 % da mandioca, 46 % do milho e 63 % das hortícolas, além de 56 % da produção animal de grande porte (laticínios incluídos) ³. (BIRD, 2012. p.01)

Pretende-se mostrar um panorama inicial do que seja o Projeto São José III. Para tanto recorreremos a outro documento, o MOP (Manual de Operações do Projeto) elaborado pelos gestores do Projeto São José e Secretaria do Desenvolvimento Agrário (SDA) em março de 2015. O Manual Operacional do Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável - PDRS/Projeto São José III, apresenta as informações básicas para orientação aos envolvidos na sua estratégia de implementação bem como dos compromissos registrados no âmbito do Acordo de Empréstimo, firmado entre o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD/Banco Mundial e o Governo do Estado do Ceará por meio da Secretaria do Desenvolvimento Agrário.

O Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável – PDRS/PSJ III, (também conhecido como Projeto São José III) tem como foco o fortalecimento da agricultura familiar e o bem-estar das comunidades rurais. Um documento norteador elaborado pelo Banco foi o MOP (Manual Operacional do Projeto). O MOP apresenta as informações básicas para orientação aos envolvidos na sua estratégia de implementação bem como dos compromissos registrados no âmbito do Acordo de Empréstimo, firmado entre o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD/Banco Mundial e o Governo do Estado do Ceará por meio da Secretaria do Desenvolvimento Agrário

6 A “linha de pobreza extrema” é definida como a renda suficiente para um consumo mínimo de alimentos (2.000 calorias por dia) de acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS)

7 Fonte: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA, 12 de dezembro de 2011).

8 IBGE 2009

Numa dada passagem de seu texto o MOP afirma que "a perspectiva é de aumentar a inserção econômica, a agregação de valor dos empreendimentos familiares da área rural, com financiamento de projetos produtivos no âmbito de cadeias produtivas promissoras", (MOP, 2015. p. 13) numa perspectiva de fortalecimento dessas cadeias e da inserção sustentável da agricultura familiar nos respectivos mercados.

O MOP descreve também a visão estratégica do Projeto São José III:

"Enquanto política pública estruturante deverá também, financiar a infraestrutura de abastecimento de água e esgotamento sanitário, contribuindo com as metas de universalização do abastecimento de água no meio rural do Estado do Ceará, propiciando a erradicação do carro-pipa, além de ampliar o número de famílias atendidas com esgotamento sanitário simplificado".
(MOP, 2015. p. 13)

Desta forma, o Projeto São José III está estruturado em três componentes, conforme, apresentado a seguir:

Componente 1 – Inclusão Econômica – destina-se às ações voltadas ao fortalecimento e adensamento das Cadeias Produtivas e o avanço da participação dos agricultores familiares nos segmentos de maior agregação de valor.

Componente 2 - Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário – SAAES: destina-se implantar os SAAES em comunidades do meio rural sem acesso a água potável e esgotamento sanitário.

Componente 3 - Fortalecimento Institucional e apoio a Gestão: apoio às ações de capacitação, gestão, elaboração de estudos, programas de intercâmbios, comunicação e divulgação.

Na Fase atual do projeto São José III estão sendo executados 03 projetos produtivos cujos beneficiários são comunidades indígenas:

- **Associação Indígena Kanindé de Aratuba.** Município de Aratuba. O projeto proposto beneficiará diretamente um grupo de 13 famílias, gerando renda e garantindo a segurança alimentar para as famílias envolvidas. Tendo como objeto: investimento em obra, matéria prima, equipamentos e serviços para fortalecer a criação de aves.
- **Associação das Mulheres Indígenas Jenipapo Kanindé.** Município de Aquiraz. O projeto proposto beneficiará diretamente um grupo de 15 famílias, gerando renda e garantindo a segurança alimentar para as famílias envolvidas. Tendo como objeto: reformar e readequar a Unidade de Beneficiamento de Produtos da cadeia produtiva da Mandioca.
- **Conselho de Educação da Escola Índios Tapeba.** Município de Caucaia. O projeto proposto beneficiará diretamente um grupo de 17 famílias, gerando renda e garantindo a segurança alimentar para as famílias envolvidas. Tendo como objeto: reformar e readequar a Unidade de Beneficiamento de Produtos da cadeia produtiva da Mandioca.

Promover o acesso dos Povos indígenas às Políticas Públicas

O documento *diagnostico...* finaliza com as propostas e demandas de políticas públicas das comunidades indígenas participantes do estudo. Sistematizamos um resumo das principais demandas:

- Estimular as iniciativas existentes de pontos de cultura, projetos culturais e museus indígenas, promovendo formações, encontros e apoio a pequenos projetos;
- Realizar incidência sobre a Secretaria de Cultura do Estado do Ceará (SECULT) para a elaboração de políticas e ações de apoio à cultura indígena;
- Realizar incidência sobre a Secretaria do Desenvolvimento Agrário do Estado do Ceará para identificar os gargalos existentes e promover um maior acesso dos povos indígenas às políticas de desenvolvimento agrário e agricultura familiar;

- Promover debate sobre o acesso dos povos indígenas a seguridade social com especialistas e autoridades públicas para identificação dos gargalos e proposição de soluções para o problema do acesso;
- Identificar municípios cujas prefeituras sejam politicamente favoráveis aos povos indígenas para o desenvolvimento de parcerias e implementação de políticas públicas municipais;
- Promover debates sobre políticas estratégicas para os povos indígenas como a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI), a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais e o Plano Nacional para a Promoção dos Produtos da Socio biodiversidade, com a participação de especialistas para ampliar os conhecimentos dos povos indígenas sobre as mesmas.

Considerações finais

No presente artigo pretendeu-se demonstrar a transversalidade das políticas públicas de Cultura executadas pela SECULT com projetos e políticas agrárias voltadas para o fortalecimento da agricultura familiar tais como o Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável, popularmente conhecido como **Projeto São José**, executado pela Secretaria do Desenvolvimento Agrário (SDA).

Este artigo está sendo escrito no momento em que há uma grande indefinição quanto aos rumos políticos e ao tipo de governo que irá sair das urnas neste segundo turno das eleições de 2018. Irá vencer um projeto político neoliberal e autoritário, que privilegiará o *Agronegócio* ou será vencedor um projeto democrático popular que defende as instituições democráticas e o fortalecimento da agricultura familiar.

Como já dissemos acima estamos no momento em que se chega ao final da execução da fase III do Projeto São José e vislumbra-se uma nova fase chamada de **Projeto São Jose IV**. Num período histórico marcado recentemente por indefinições e recuo dos movimentos sociais.

Concomitantemente estes movimentos sociais (MST e FETRAECE) e os grupos étnicos como quilombolas e indígenas começam a apontar quais demandas devem ser contempladas nesta nova fase do **Projeto**, que é visto pelo povo do Ceará como uma importante política de inclusão produtiva e de democratização ao acesso da água enquanto bem público essencial para a vida de todos e em especial aos que vivem no semiárido nordestino. Após a apresentação dos dados e pela contextualização das lutas dos povos indígenas no Ceará constatamos fortemente que as políticas demandas pelo movimento indígena e suas representações políticas são comuns e complementares às duas secretarias do aparelho governamental do estado do Ceará (SDA e SECULT). Assim, para garantirem sua sobrevivência enquanto povo estes precisam ser ainda mais beneficiados pelos projetos produtivos em integração racional com os sistemas de abastecimento de água e saneamento sanitário e neste mesmo espaço físico que haja projetos e políticas voltados para as manifestações culturais indígenas como o *Toré* e a gastronomia do povo indígena, junto com seu artesanato. Viva os povos indígenas! pela demarcação de suas terras!

TÍTULOS E SUBTÍTULOS

Diagnóstico e Estudo de Linha de Base - Projeto fortalecendo a autonomia político-organizativa dos povos indígenas;

Fortalecendo a autonomia político organizativa dos povos indígenas;

Museus e Memória indígena no Ceará: uma proposta em construção;

Políticas públicas para o patrimônio, a memória e os museus dos grupos étnicos e tradicionais do Ceará;

Documento de Avaliação de Projeto;

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADELCO/ESPLAR/ União Europeia. **DIAGNÓSTICO E ESTUDO DE LINHA DE BASE-**projeto fortalecendo a Autonomia Político-Organizativa dos Povos Indígenas. Fortaleza, 2017.

ADELCO. LIMA, R.Q; VASCONCELOS, A.A. (Org.). **Negação de benefícios previdenciários indígenas no Ceará: análise sobre os dados da Defensoria Pública da União.** Fortaleza: 2017 (no prelo).

BIRD - Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento. **Estratégia de Preparação para as Secas e Resiliência às Mudanças Climáticas.** Brasília: BIRD, 2013.

PAD (*Project Appraisal Document*) - **Documento de Avaliação do Projeto.**
Relatório N° 66407-BR. Brasília: BIRD, 2012.

Manual de Operações do Projeto (MOP). Brasília: BIRD, 2015.
(última atualização).

BARRETO FILHO, H. T. **Invenção ou renascimento: gênese de uma sociedade indígena contemporânea no Nordeste.** In: OLIVEIRA, João Pacheco (Org.). *A viagem de volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena.* 2. ed. Rio de Janeiro: Contracapa / LACED, 2004.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. **Museologia e comunicação.** Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 1996 (Cadernos de Socio museologia, 9).

GOMES, Alexandre Oliveira. **Museus e Memória indígena no Ceará:** uma proposta em construção. /Alexandre Oliveira Gomes e João Paulo Vieira Neto. Fortaleza: SECULT, 2009.

NETO, J.L. **Índios e Terras – Ceará: 1850-1880.** (Dissertação) Mestrado em História. Recife, Universidade Federal de Pernambuco, 2006.

NÓBREGA, Luciana Nogueira; DANTAS, Gina Oliveira. **Conflitos em evidência.** In: SILVA, Isabelle Braz Peixoto da; AIRES, Max Maranhão Piorsky (Org.). *Direitos Humanos e a questão indígena no Ceará: relatório do Observatório Indígena biênio 2007-2008.*

OLIVEIRA, J.P. **Uma etnologia dos índios misturados – Situação colonial, territorialização e fluxos culturais.** In: *A viagem de volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena.* 2. ed. Rio de Janeiro: LACED, 2004.

OLIVEIRA, João Pacheco de; RIBEIRO, Carlos Augusto da Rocha. **A presença Indígena na Formação do Brasil.** Brasília: Museu Nacional, 2006.

PORTO ALEGRE, M.S. **De Ignorados a Reconhecidos: a ‘virada’ dos povos indígenas no Ceará.** In: PINHEIRO, Joceny (Org.). *Ceará terra da luz, terra dos índios: história, presença, perspectiva.* Fortaleza: Ministério Público Federal, 2002.

SILVA, Isabelle Braz Peixoto da; AIRES, Max Maranhão Piorsky (Org.). **Direitos Humanos e a questão indígena no Ceará**: relatório do Observatório Indígena biênio 2007-2008. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2009.

SILVA, Luiz Fernando Villares e. (Org.). **Coletânea da Legislação indigenista brasileira**. Brasília: CGDTI/FUNAI, 2008. Disponível em: <<https://funaiatopurus.files.wordpress.com/2013/04/coletc3a2nea-da-legislac3a7c3a3o-indigenista-brasileira.pdf>>. Acessado em: 31 maio 2017.

TAPEBA, N F; TAPEBA R. W. **Histórico do Movimento Indígena no Ceará**. Conselho Distrital de Saúde Indígena do Ceará – CONDISI-CE

VARINE, Hugues de. **Patrimônio e educação popular**. In: O direito de aprender. http://www.direitodeaprender.com.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=194&Itemid=30. Acesso em 31 maio 2017.

VIDAL, Lux Boelitz. **O museu dos povos indígenas do Oiapoque-Kuahí**: gestão do patrimônio cultural pelos povos indígenas do Oiapoque, Amapá. In: BRUNO, Maria Cristina Oliveira; NEVES, Kátia Regina Felipini (orgs.). **Museus como agentes de mudança social e desenvolvimento: propostas e reflexões museológicas**. São Cristóvão, SE: Museu de Arqueologia de Xingó, 2008. p. 173-181.